



Por uma formação emancipatória no ensino, na linguagem e na cultura das comunidades indígenas

For an emancipatory formation in the education, language and culture of indigenous communities

Síglia Lima Mendes Ferraz¹

Resumo: O presente artigo é um ensaio teórico que tem como objetivo discutir os conceitos de emancipação social, a partir dos pensamentos de Boaventura Santos e desobediência epistemológica de Walter Mignolo para refletir sobre possibilidades de uma formação emancipatória no ensino, na linguagem e na cultura das comunidades indígenas. A questão central deste trabalho é: como deve ser pensada uma formação indígena emancipatória de forma a preservar sua cultura? Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória. Foram desenvolvidos e discutidos os conceitos de emancipação social e desobediência epistemológica. Os resultados apontam para a necessidade de articulação entre os conceitos de emancipação social e desobediência epistemológica no processo de formação escolar indígena.

Palavras-chave

Emancipação. Desobediência epistêmica. Formação indígena.

Abstract: This article is a theoretical essay that aims to discuss the concepts of social emancipation, based on the ideas of Boaventura Santos and epistemological disobedience of Walter Mignolo to reflect on the possibilities of an emancipatory formation in education, language and culture of indigenous communities. The central question of this work is: how should an emancipatory indigenous formation be thought of in order to preserve their culture? The present research is classified as qualitative, bibliographical and exploratory, in which were developed and discussed the concepts of social emancipation and epistemological disobedience. The results point to the need for an articulation between the concepts of social emancipation and epistemological disobedience in indigenous school education.

Keywords

Emancipation. Epistemic Disobedience. Indigenous formation.

¹ Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Acre. Professora Mediadora na Rede Municipal de Rio Branco. Esp. em Psicopedagogia Clínica e Institucional. E-mail: siglia.mendes@ufac.br

Introdução

A proposta de formar indivíduos das comunidades indígenas como professores e professoras para que possam atuar nas escolas de suas aldeias é, sem dúvida, um desafio que impulsiona os novos modelos de escola em comunidades indígenas. Essa formação é essencial dentro do processo de fortalecimento da identidade indígena, pois a comunidade terá a oportunidade de ter acesso aos conhecimentos da humanidade a partir da cosmo percepção de mundo dos indígenas.

Nesse sentido, existem hoje vários projetos de formação de professores indígenas em andamento em diferentes regiões do país, e a região norte não é diferente, principalmente no estado do Acre. E esses projetos vêm demonstrando que isto não só é possível, como desejável e altamente rentável em termos pedagógicos e políticos, afastando-se, com isso, do modelo em que professores não-índios lecionavam em português para alunos monolíngues em suas línguas maternas, assessorados por monitores indígenas responsáveis pela tradução daquilo que se pretendia ensinar. Assim, o que se assiste hoje em todo o Brasil é a difusão de um novo modelo em que índios pertencentes às suas respectivas comunidades são por elas escolhidos para serem formados e assumirem a docência das escolas indígenas, enquanto protagonistas de uma nova proposta de educação (CIMI, 2019).

Hoje, mais do que nunca, precisamos falar da educação indígena e da formação de professores e professoras na perspectiva de uma política emancipatória, como afirmava Santos Boaventura (2007). Segundo o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2019, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), os povos indígenas brasileiros atravessam uma realidade extremamente perversa e preocupante no primeiro ano do atual governo do país. A intensificação das expropriações de terras indígenas, forjadas na invasão, na grilagem e no loteamento, consolida-se de forma rápida e agressiva em todo o território nacional, causando uma destruição inestimável (CIMI, 2019).

O Relatório ainda aponta uma desassistência na área da educação no ano de 2019, especificamente, 66 casos de desassistência em educação escolar indígena. Essas desassistências aconteceram nos estados do Acre (16), Alagoas (2), Amazonas (18), Maranhão (7), Mato Grosso (1), Pará (1), Paraná (1), Rio Grande do Sul (2), Rondônia (4), Roraima (7), Santa Catarina (4), São Paulo (1) e Tocantins (2). Especificando as peculiaridades desses casos, o relatório destaca alguns casos importantes sobre o abandono do Estado no que se refere à educação escolar indígena em todo o Brasil. No Acre, por exemplo, há falta de ações relativas aos processos de formação de professores que estão cursando Magistério Indígena e à formação continuada dos que já concluíram, além da falta de acompanhamento pedagógico aos professores. Não foi implementado ainda o ensino médio na maioria das comunidades. A falta de infraestrutura nas escolas é generalizada, sendo que os professores, em algumas comunidades, utilizam suas próprias casas para dar as aulas (CIMI, 2019).

Ainda sobre o assunto, no Amazonas, durante o ano de 2019, a partir dos relatos de professores tuxauas, pais e alunos deste grupo indígena, o relatório confirmou a omissão do poder público na implementação da educação escolar indígena nos municípios de Itamarati, Carauari, Tefé, Maraã e Japurá. Os povos relataram, como violações do direito à educação, os seguintes aspectos: falta de professores, acarretando prejuízos no ensino multisseriado - sistema inadequado para as escolas indígenas; falta de merenda escolar, que não chega em quantidade suficiente para o ano letivo e nem é adequada às comunidades; falta de equipamentos, como carteiras, quadros e armários, dentre outros; falta de material didático adequado; infraestrutura precária na maioria das escolas nas aldeias (CIMI, 2019).

Nesse contexto, é que se pensa a emancipação social a partir da perspectiva de Santos (2007) e o conceito de desobediência epistemológica de Walter Mignolo (2007), como possibilidade de refletir alternativas de uma formação emancipatória no ensino, na linguagem e na cultura das comunidades indígenas.

Em busca de uma Emancipação e de uma desobediência epistemológica

A ideia de emancipação social na perspectiva de Santos (2007) aposta não só na emancipação política, mas, sobretudo, na emancipação humana e social. Para o autor, a emancipação social é um conceito central na atualidade, pois ela tem sido organizada por meio de uma tensão entre regulação e emancipação social, entre ordem e progresso, entre uma sociedade com muitos problemas e a possibilidade de resolvê-los. A sociedade atual, pela primeira vez, cria essa tensão entre experiências correntes do povo, que às vezes são ruins, infelizes, desiguais, opressoras, e a expectativa de uma vida melhor, de uma sociedade melhor.

No plano social, há uma regressão, que se agrava, sobretudo, nas últimas décadas, com perdas de direitos e de possibilidades futuras e, no plano epistemológico, verifica-se a crise do pensamento hegemônico das ciências sociais, centradas em uma razão eurocêntrica e indolente. Essa realidade, de atrasos dos processos de geração de autonomia e de liberdade, e as comprovações de que o pensamento científico não tem se mostrado capaz de produzir novas ideias, repercute na incapacidade de se renovar e de se reinventar a teoria e a emancipação social.

Santos (2007) afirma que a diversidade do mundo é inesgotável e que não há uma teoria social homogeneizadora, capaz de organizar toda a nossa realidade, não sendo possível e tampouco desejável tal teoria. Mas não podemos permanecer em uma fragmentação total. É necessário criar inteligibilidade recíproca no interior da pluralidade. Com isso seria possível, por exemplo, articular o movimento feminista com o indígena, o racismo e o movimento indígena ou feminista.

Para Santos (2007) é impossível reduzir toda a heterogeneidade do mundo a uma homogeneidade. Portanto é impensável uma teoria da totalidade, uma teoria geral. Mas podemos pensar em uma forma dessa heterogeneidade, ao invés de ser um “problema”, ser uma solução a partir do procedimento da tradução.

A tradução é um processo intercultural, intersocial. Para explicar esse conceito, Santos (2007) utiliza uma metáfora transgressora da tradução linguística:

é traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem "canibalização", sem homogeneização. Nesse sentido, trata-se de fazer tradução ao revés da tradução linguística. Tentar saber o que há de comum entre um movimento de mulheres e um movimento indígena, entre um movimento indígena e outro de afrodescendentes. (SANTOS, 2007, p. 39).

Diante dessa situação, o autor nos convida a refletir sobre a possibilidade de criarmos uma inteligibilidade sem destruir a diversidade. Ou seja, podemos pensar como exemplo: os movimentos indígenas que nunca falam de emancipação social, mas de dignidade e respeito, que são dois conceitos básicos. O movimento operário fala de emancipação e de luta de classes. As feministas usam muito o conceito de liberação, também os afrodescendentes. Esses objetos que mobilizam suas lutas podem ser traduzidos sob o signo da emancipação social que precisam e desejam.

Há várias formas de pensar em emancipação social, direitos humanos e dignidade humana, é necessário não preferir uma palavra a outra, mas traduzir dignidade e respeito por emancipação ou por lutas de classes, ver quais são as diferenças e quais as semelhanças (SANTOS, 2007).

Assim, no contexto dos direitos humanos e da dignidade humana, a mobilização para pensarmos em possibilidades de uma ação emancipatória só será viável na medida em que o ser humano, um ser de relações – relação consigo mesmo, com o outro e com mundo - tomar uma consciência social, bem como a sociedade precisa absorver tal necessidade. Apropriação e absorção, neste sentido, não podem ser obtidas através da canibalização cultural. Requerem um diálogo intercultural e uma hermenêutica diatópica (SANTOS, 2007).

Por outro lado, a emancipação que desejamos na formação identitária e profissional dos professores e professoras indígenas, perpassa por uma desobediência política e epistêmica, pois uma desobediência civil sem desobediência epistêmica permanecerá presa em jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntrica (MIGNOLO, 2007).

E o primeiro passo para pensarmos nessa desobediência se desdobra no conceito de “identidade em política” e não em “identidade de política”. A política de identidade se baseia na suposição de que as identidades são aspectos essenciais dos indivíduos, por isso, são legítimas as políticas identitária, baseadas nas condições de ser negro ou branco, mulher ou homem, em homossexualidade e também em heterossexualidade, isto é, a política de identidade permeia todo o espectro das identidades sociais. No entanto, a

identidade em política, vai além. Ela supera o pensamento aparente², porque ela reconhece que o controle da política de identidade reside, principalmente, na construção de uma identidade fundamentada em um padrão de normalidade, de aparência “natural” do mundo - ser branco, heterossexual e do sexo masculino - são as principais características de uma política de identidade (MIGNOLO, 2007).

A identidade em política é crucial para a opção descolonial - desconstrução da lógica da colonialidade, que provém das relações de poder e de dominação colonial, preservando intersubjetividades - uma vez que, sem a construção de teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas em identidades que foram rejeitadas, marginalizadas (por exemplo, não havia índios nos continentes americanos até a chegada dos espanhóis; e não havia negros até o começo do comércio massivo de escravos no Atlântico) por discursos imperiais, pode não ser possível desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno em uma economia capitalista (MIGNOLO, 2007).

O que Mignolo (2007) quer dizer é que a identidade em política é o único caminho para se pensar descolonialmente (o que significa pensar politicamente em termos e projetos de descolonização). E pensar descolonialmente é pensar em outras formas de pensar (ou seja, que interferem com a organização do conhecimento e da compreensão) e de agir politicamente. Ou seja, formas que não são descoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial de identidades. Pensar descolonialmente é pensar em outras formas de se relacionar com o mundo e consigo mesmo. “Consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender” (MIGNOLO, 2007, p. 290).

Vale destacar que a opção descolonial é sempre epistêmica, isto é, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento, se fundamentando em relações ainda não exploradas por uma formação ideológica dominante. Desvinculamento epistêmico, é importante sublinhar, não quer dizer abandono, rejeição ou ignorância do que já foi institucionalizado pela humanidade, mas uma valorização daquilo que foi ocultada, silenciado (MIGNOLO, 2007).

Assim, é preciso que a opção descolonial fique clara no contexto de nossa abordagem. Descolonial significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna em frente à hegemonia epistêmica que cria, constrói, a fim de assegurar sua interioridade (MIGNOLO, 2007). E para pensar em uma formação emancipatória para professores e professoras indígenas é preciso se apropriar da opção descolonial, repensar o formato eurocêntrico que impõe uma visão de mundo universal.

² A aparência não revela a essência da expressão fenomênica da realidade (NETO, 2011).

Desobediência epistêmica, portanto, significa desvincular-se da ilusão da epistemologia do ponto zero, e com certas políticas de identidades baseado em um padrão de normalidade eurocêntrico.

Considerações finais

Para pensarmos em uma formação emancipatória no ensino, na linguagem e na cultura das comunidades indígenas, tivemos como fundamento os conceitos de emancipação social, a partir dos pensamentos de Boaventura Santos (2007) e desobediência epistemológica de Walter Mignolo (2007). A emancipação social é pensada a partir de uma crítica de Boaventura de Sousa Santos em relação ao que ele designa como senso comum emancipatório. E para avançarmos na superação desse senso comum, ele aponta uma tríade que precisa ser percorrida, as sociologias das ausências e das emergências, bem como o trabalho de tradução. Essa tríade permite-nos pensar em uma nova possibilidade de emancipação social.

E pensar nessa emancipação, também perpassa pela superação de uma racionalidade eurocêntrica, que supervaloriza uma determinada visão de mundo. Essa racionalidade é a razão instrumentalizada pelo poder colonial (colonialidade do saber), a partir de uma falsa impressão de totalidade, que nada mais é que eurocêntrica, ocidental, heterossexual, masculina, branca e cristã. Assim, a ação de romper com essa perspectiva universal, com esse padrão de normalidade criado pela sociedade totalizante é a desobediência epistêmica. É partir desses dois conceitos que devemos pensar em uma formação indígena emancipatória, de forma a preservar sua cultura e sua identidade. A desobediência epistêmica é necessária para levar a desobediência civil e uma emancipação.

Referências

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**; tradução Mouzar Benedito. - São Paulo: Boitempo, 2007.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MIGNOLO, W. D. **Desobediência Epistêmica**: a opção descolonial e o significado de identidade em política; tradução Ângela Lopes Norte. *Revista Gragoatá*, n. 22, p. 11-41, 1º sem. 2007.